



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

A RECONQUISTA DA AMÉRICA

DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL

13

A Reconquista da América

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

A reconquista da América (discursos presidenciais). Brasília, Presidência da República, 1991.

60p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 13).

I. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

**A Reconquista
da América**

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

ENTREVISTA AO JORNALISTA JOHN SICELOFF, DA NBC NEWS, EM 7 DE JANEIRO DE 1991	7
ENTREVISTA AO JORNALISTA ALEXANDRE GARCIA, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, EM 7 DE JANEIRO DE 1991	13
INAUGURAÇÃO DA IGREJA SÃO JOÃO BOSCO, NO CONJUNTO FREI DAMIÃO	16
ASSINATURA DE ATOS NO PALÁCIO DOS MARTÍRIOS ..	19
VISITA A SERRA TALHADA PARA ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA «GENTE DA GENTE»	24
PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, EM 14 DE JANEIRO DE 1991 ...	29
IX REUNIÃO MINISTERIAL	32
CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO DECRETO DE INSTITUIÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO	36
SOLENIIDADE NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU	42

SOLENI DADE DE ASSINATURA DE ATOS NO PALÁCIO DOS MARTÍRIOS	47
VISITA ÀS OBRAS DA VILA BREJAL	53
A RECONQUISTA DA AMÉRICA	57

Entrevista ao Jornalista John Sicheloff, da NBC News, em 7 de Janeiro de 1991

Jornalista: Qual o plano do Governo para acabar com a violência contra as crianças de rua no Brasil?

Presidente: A situação das crianças no Brasil não é muito diferente da situação das crianças em todo o mundo. As crianças hoje sofrem as conseqüências de um sistema absolutamente injusto. Um sistema que estabelece o desenvolvimento como prioridade número um — custe o que custar. Não há atenção necessária às conseqüências sociais danosas de um processo de desenvolvimento desse tipo.

A situação das crianças no nosso mundo aparece de maneiras diferentes, mas, de todas as formas, brutal. Em alguns países vemos as crianças formando gangues que enfrentam outras quadrilhas, matando-se mutuamente. E em outros países, vemos crianças passando fome, sem acesso à educação, à saúde, e envolvidas com drogas. Esse é um problema mundial. No Brasil não é diferente. O nosso governo, que se instalou em março do ano passado, tem uma responsabilidade que assume integralmente em relação às nossas crianças.

No ano de 1990, por exemplo, estabelecemos um programa de vacinação, em ampla escala, que atingiu os níveis exigidos

pela UNICEF. Cerca de 90% das crianças em fase de vacinação foram atendidas.

Querendo deixar clara essa consciência da nossa responsabilidade, do nosso dever com relação às crianças, criamos o «Ministério da Criança», com o sentido de canalizar todos os esforços das diversas áreas do Governo para diminuir o sofrimento por que passam as crianças brasileiras. O Ministro da Saúde acumula também as funções de «Ministro da Criança».

No Brasil, fruto desse sistema, infelizmente temos também crianças sendo assassinadas em alguns estados, especificamente — Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Amazonas. Nesses quatro estados a situação é mais visível. Esse também é um assunto que não depende somente da vontade do Governo Federal.

Temos no País um princípio federativo, que dá autonomia a cada um dos estados. Portanto, é necessário que haja um trabalho coordenado pelo Governo Federal, mas concatenado com os governos estaduais e municipais. O Ministro da Justiça já está entrando em contato com todos os governadores — e especificamente os desses quatro estados — para que, em conjunto, com o próprio Governo Federal, estabeleçamos ações objetivas no sentido de evitar que esse trágico cotidiano que estamos vivendo no Brasil e, friso, também no restante do mundo, continue ou aumente.

Assassinato de Crianças

Jornalista: Crianças estão sendo mortas nas ruas do Brasil. Qual a prioridade do seu governo de renovação? Protegê-las apenas fortalecendo o cumprimento da lei ou melhorar a situação das crianças com o que podemos chamar de justiça social?

Presidente: Essa questão da morte das crianças a que há pouco me referi, e que, dramaticamente, verificamos mais nesses qua-

tro estados, especificamente no Rio de Janeiro, é algo que nos dói na alma, porque existem grupos de extermínio que entendem que as crianças de rua são um estorvo à tranquilidade daqueles que mandam matar. E a nossa mensagem tem sido a de que essas pessoas, ao invés de gastarem dinheiro com armas e pistoleiros para matar crianças, apliquem esse dinheiro na construção de creches e abrigos, para que, num esforço conjunto com as diversas hierarquias de governo no País, possam dar a essas crianças oportunidade de educação, um pouco de conforto e de calor humano.

A legislação brasileira vem sendo exercida, mas precisamos saber exatamente o nome dos culpados por esses crimes. Infelizmente, as próprias comunidades que sofrem com esse tipo de violência recaindo sobre suas crianças, têm receio de dar informações sobre aqueles que estão envolvidos nessa atividade criminosa.

Portanto, é necessário um trabalho muito mais abrangente, muito mais profundo para recuperar a confiança da sociedade na capacidade do aparelho de Estado e da Justiça defender os direitos do cidadão.

Amazônia

Jornalista: As atenções do mundo têm-se voltado para a devastação da Floresta Amazônica. O seu governo vai adotar uma postura diferente dos governos anteriores?

Presidente: As questões da Amazônia e do meio ambiente no Brasil não haviam sido tratadas com a devida atenção que poderíamos imaginar. A nossa geração, no fundo, é vítima disso tudo. Estamos recebendo um planeta em devastação e não fomos nós que fizemos isso. Volta aí a questão do processo mundial de desenvolvimento, que eu desejo colocar como tema cen-

tral das discussões durante a II Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil irá sediar em 1992. Antes de saber como podemos nos ajudar uns aos outros para evitar esta devastação e recuperar áreas já devastadas, nós temos que discutir algo muito mais importante dentro de um processo de reflexão conjunta, é preciso saber o que desejamos para o nosso planeta. Será que continuaremos a deixar que as coisas caminhem desse jeito? Produzir, produzir, consumir, consumir, utilizando os recursos naturais do planeta como se esses recursos fossem infindáveis e de nossa propriedade? Continuaremos a jogar todos esses gases tóxicos na atmosfera, a utilizar os nossos rios e os nossos mares como lixeiras? Continuaremos a utilizar todos os recursos de que o planeta dispõe apenas para a satisfação de uma sociedade cada vez mais idôlatra do consumo desvairado? Esse é o ponto central da discussão.

Voltando à sua pergunta, no Brasil havia, por exemplo, uma coisa inteiramente paradoxal e sem nexos, que eram leis que destinavam recursos públicos subsidiados, quer dizer, com juros abaixo do mercado, para que a Amazônia fosse devastada, para que fossem cortadas árvores, derrubada parte da floresta, para que ali se estabelecesse criação de gado. Isso era um contrassenso, da mesma forma que as leis que autorizavam o funcionamento de siderúrgicas movidas a carvão vegetal — ou seja, movidas à Floresta Amazônica. Eram leis absurdas. A Amazônia tem 400 milhões de hectares de terra, dos quais 40 milhões já foram devastados. E se não fosse a ação enérgica do Governo, que acabou com essas leis e que exerce uma fiscalização muito rigorosa sobre todas as atividades econômicas que digam respeito à floresta na Amazônia, a situação estaria muito pior.

Só em 1990 houve uma redução de cerca de 65% nas queimadas da região, segundo dados fornecidos por satélite. Isso não é tudo, mas é alguma coisa, e temos muito mais a fazer. Estamos incluindo, já a partir desse ano, em todas as escolas da rede pública brasileira, a disciplina «Preservação Ambiental», porque entendemos que, para combatermos a devastação, é necessário que haja uma conscientização de todos para o que significa uma árvore, a manutenção de um riacho limpo, a manutenção do nosso ar puro. Essa conscientização começa na escola, logo no início do aprendizado das crianças.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro deixou de lado aquela posição de ficar sempre tentando explicar o inexplicável. Nós não temos nada a esconder, porque não nos falta coragem para enfrentar o problema e tentar oferecer soluções. Agora mesmo na área de Carajás, no Sul do Pará, estamos recuperando 200 km² de floresta já devastados. Estamos criando uma fundação de direito privado com a participação do Governo brasileiro, para viabilizar a contribuição daqueles que queiram patrocinar e ajudar a preservação não somente da Amazônia, mas do nosso Pantanal, da nossa Mata Atlântica, do pouco ainda que resta, infelizmente, da nossa Juréia. Enfim, nós entendemos que a questão ambiental não diz respeito somente ao Brasil, mas ao mundo. Há um país no nosso planeta que joga na atmosfera 200 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Se a gente fizer o cálculo de que cada 30 hectares de floresta reciclam uma tonelada/ano de gás carbônico, a gente pode até chegar à conclusão de que a Amazônia deveria estar recebendo alguma compensação para reciclar todo esse gás carbônico que países industrializados estão jogando na atmosfera. O fundamental é que levemos essa discussão sempre muito a sério e com muita responsabilidade. Temos que deixar a etapa das acusações mútuas, dos discursos que não levam a nada porque apaixonados, e discutirmos de uma forma racional e objetiva de que maneira podemos nos associar para evitar a devastação do nosso planeta.

Jornalista: Como o senhor vai enfrentar as pressões dos grupos econômicos que querem explorar a Amazônia?

Presidente: Qualquer programa de desenvolvimento para a Amazônia tem que estar subordinado a uma política ambiental. Todo e qualquer projeto de desenvolvimento econômico para a Amazônia que conflite com a preservação do meio ambiente não será aprovado e contará com o meu veto total e radical. Acho que há plena capacidade do conjunto da sociedade brasileira para entender esse fato.

As pressões que eventualmente possam existir não são tão fortes quanto o nosso ideal, quanto à nossa visão de um mundo ecologicamente sadio, de um país ecologicamente são. As pressões existem, são fortes, são poderosas, mas muito mais

forte é a nossa vontade e determinação de fazer com que o Brasil, ao final do nosso período de governo, seja um exemplo de sociedade consciente da necessidade de preservar o meio ambiente.

O que desejamos é que aquele que venha substituir essa administração, mesmo que seja um inimigo da natureza — e Deus ajude para que não seja —, não consiga agredir o meio ambiente já que a política implantada por este governo foi tão bem definida, a conscientização foi tão bem feita que a própria sociedade brasileira evitará todo e qualquer tipo de ação danosa aos nossos ecossistemas.

*Entrevista concedida ao jornalista
John Sicheloff, da NBC News, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF, no dia 7 de janeiro de 1991.*

Entrevista ao Jornalista
Alexandre Garcia,
da Rede Globo de Televisão,
em 7 de Janeiro de 1991

Jornalista: Presidente, o senhor está na frente do monumento erguido a Dom Bosco, que há 107 anos previu a cidade que está atrás do senhor, a capital do País que o senhor preside. O que o senhor sente por Brasília?

Presidente: Sinto por Brasília um enorme carinho, uma grande ternura e, como vivi nessa cidade a minha adolescência e passei a gostar dela, sinto também uma grande responsabilidade. Por isso, quando ando por Brasília, costumo ver a questão da utilização do solo, da poluição, do lixo, de modo a colaborar, como cidadão, para a manutenção da qualidade do meio ambiente aqui.

Jornalista: O que o senhor pensa a respeito das migrações?

Presidente: Como capital de um grande país, Brasília naturalmente atrai uma grande leva de migrantes. A migração que antes se deslocava para São Paulo em grande quantidade e para o Rio de Janeiro, hoje já está se dirigindo para cá. E Brasília tem

dificuldades adicionais para receber tantos migrantes, porque é uma cidade muito planejada, urbanisticamente desenhada, onde cada coisa está localizada no lugar certo. De modo que, de alguma forma, as migrações para Brasília têm sido cuidadas por sucessivos governantes e pelo atual governador, que vem fazendo um trabalho importante de assentamentos no entorno da cidade.

Jornalista: O senhor hoje deu um passeio no Lago Paranoá com a gente para mostrar alguns pontos importantes de Brasília. Acho que o senhor também quis mostrar que o Lago não está poluído como dizem.

Presidente: Não, não está. Naturalmente, o Lago precisa de cuidados. E para isso é fundamental que a população tenha consciência do significado, da riqueza desse Lago, que é de uma importância extraordinária para a vida de toda a cidade e de toda essa região. Por isso tem que ser bem cuidado. Não se deve jogar lixo no Lago, não se deve maltratá-lo, devastando as suas margens; não se deve permitir construções como aquela ali, inteiramente fora do padrão urbanístico de Brasília, uma construção de não sei quantos andares à beira do Lago.

Jornalista: Vamos ter uma implosão ali?

Presidente: Acredito que sim. O Governador me disse que já está chegando ao fim a pendência judicial para que aquele prédio seja implodido. Daí a solicitação que eu faço para que haja conscientização sobre a necessidade de preservar não só o Lago mas todo o ecossistema aqui do Planalto Central.

Jornalista: É verdade que o senhor conhece até as cidades-satélites?

Presidente: Conheço, ando por isso aí tudo. A única que eu não conhecia era Samambaia, e há cerca de um mês atrás tive a oportunidade de ir lá e conviver um pouco com aquela boa gente que mora ali.

Tenho muitas amizades aqui em Brasília. Conheço todos os pioneiros, aqueles que vieram para cá em 1957, em 58 e que, mais do que nunca, confiam no futuro da cidade e trabalham pelo seu engrandecimento. Depois de Alagoas, Brasília, sem dúvida, é o lugar em que eu gostaria de morar.

*Entrevista concedida ao jornalista
Alexandre Garcia, da Rede Globo de Televisão,
no programa Bom-Dia DF, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF, no dia 7 de janeiro de 1991.*

Inauguração da Igreja São João Bosco, no Conjunto Frei Damião

Minha gente amiga do Conjunto Frei Damião,

Em primeiro lugar, quero dar a todos vocês uma boa notícia. Antes de ontem fui a São Paulo especialmente para visitar o nosso Frei Damião que, como vocês sabem, está internado para tratar de um problema no pulmão. Posso dizer que encontrei Frei Damião bem melhor. Sabendo que eu vinha para cá, ele mandou para vocês um abraço, a bênção e a fé em Deus. Acredito que esta é a melhor notícia que eu posso trazer hoje para vocês.

Volto a Maceió, a Alagoas, para, mais uma vez, retribuir o muito que vocês fizeram por mim, o muito que vocês vêm fazendo, para construir uma Alagoas mais justa, mais fraterna e um Nordeste mais desenvolvido.

Daqui a pouco estaremos assinando com o Governador Moacir Andrade, com o Prefeito João Sampaio, com diversos prefeitos do interior, inúmeros convênios, repassando mais recursos e mais dinheiro para diminuir o sofrimento da nossa gente. De todos esses convênios e esses contratos, temos como testemunhas o Senador Guilherme Palmeira, o Senador João Lira,

os nossos deputados federais, os nossos deputados estaduais e os vereadores que estão colaborando conosco neste grande esforço de construir também um Brasil socialmente mais justo.

Acabamos de sair da Casa de Deus. Há alguns meses, o Governador Moacir Andrade entregou o Conjunto Frei Damião, com cerca de 500 casas, para o povo. Hoje voltamos aqui para dar uma casa condigna onde possamos fazer nossas orações e manifestar a nossa fé num futuro melhor. Aí está a Igreja de São João Bosco. O mesmo Dom Bosco que previu, minha gente, há 107 anos, que no Planalto Central, no centro do Brasil, seria construída uma cidade que se transformaria muito cedo, como Brasília hoje se transformou, no centro das grandes decisões nacionais e num dos pontos mais importantes do nosso planeta.

Foi Dom Bosco quem previu a construção de Brasília — esse santo da coragem, da determinação, da vontade de vencer e de fazer o bem. Inspirado na mensagem de São João Bosco, desejo que cada um de nós possa ter no nosso dia-a-dia, em todos os instantes de nossa vida, um momento para fazer o bem sem olhar a quem.

Volto a minha Alagoas com o coração, minha gente, cheio de alegria. E, como sempre, sem lugar neste coração para rancor, para chateação ou para amolação. Volto para reencontrar a minha gente, para trazer a minha palavra de agradecimento, para trazer os recursos que irão financiar projetos importantes. Volto para ficar rezando a Deus para que me dê a ventura de voltar mais vezes a Maceió, mais vezes a Alagoas e ao Nordeste. Volto para estar com vocês, ao lado de vocês, lutando com vocês. Quero aproveitar a presença do Governador Moacir Andrade e do Prefeito de Maceió, para dizer que o Presidente da República não só recebe pedido, o Presidente da República também faz pedido. Quero pedir ao Governador e ao Prefeito que terminem as obras de construção dos sanitários do Conjunto Frei Damião, e do Centro Comunitário, para que possamos voltar aqui e inaugurá-los e, também, anunciar novos benefícios para esta comunidade. Tudo isso, não tenho dúvida alguma, atendendo a um pedido do Presidente da República, será feito pelo nosso Governador juntamente com o nosso Prefeito.

Gostaria de destacar que a Igreja inaugurada hoje, foi solicitada pela própria comunidade. Vocês me fizeram esse pedido no dia 10 de março do ano passado. A Igreja já está aí. A Casa de Deus já está plantada no coração dos fiéis do Conjunto Frei Damião.

Minha gente, agora tenho que caminhar mais um pouco. Vou fazer algumas visitas aqui em Maceió. Depois vou ao sertão pernambucano. Quero deixar com vocês, mais uma vez, a minha palavra de agradecimento e a minha palavra de fé, de que sempre estaremos juntos. O Presidente da República, o Governador, o Prefeito, os Senadores, aqueles que nos acompanham, aqueles que, como nós, só querem fazer o bem, não querem destratar ninguém, nem caluniar, nem difamar. A nossa palavra de ordem é fazer o bem, sem olhar a quem. Vamos juntos, por Alagoas, pelo Brasil. Obrigado, minha gente.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na inauguração da Igreja São João Bosco,
no Conjunto Frei Damião, em Maceió, Alagoas,
no dia 10 de janeiro de 1991.*

Assinatura de Atos no Palácio dos Martírios

Pela primeira vez, em 1991, volto a minha querida Alagoas. E volto, mais uma vez, imbuído da enorme responsabilidade que me cabe nesta quadra particularmente difícil da vida nacional, de conduzir os destinos de todos os brasileiros, especialmente dos nordestinos e, especificamente, dos alagoanos.

Lembro-me muito bem dos compromissos que assumi por onde andei neste País, compromissos que faço questão de sublinhar, de ratificar, e assumir, mais uma vez, em favor dos desassistidos, dos pés-descalços, dos descamisados.

Volto a Alagoas para assinar, com o Governador Moacir Andrade e com os diversos prefeitos municipais, convênios que repassam recursos para obras nos setores de saúde, educação, infra-estrutura, construção de casas populares, dragagem de rios e lagoas, assentamentos de trabalhadores rurais, correção dos riachos que aqui e acolá atrapalham a vida dos maceioenses em época de cheias. Volto para dizer a vocês que continuo atento à realidade de Alagoas e também de Maceió.

Todos nós que aqui estamos temos consciência plena dos rumos que queremos para Alagoas e para nossa Maceió. Temos consciência de que é preciso reverter para o nosso estado tudo aquilo que ele perdeu e deixou de receber nos últimos anos, por absoluta intransigência de ordem política.

Alagoas está recebendo de volta aquilo que merece, aquilo que é de seu direito. E tanto mais fácil isto será se tivermos, aqui neste Palácio, como temos hoje o Governador Moacir Andrade, alguém que possa compartilhar conosco das mesmas preocupações, das mesmas esperanças e da mesma certeza de um trabalho unido, conjunto e solidário em favor de toda sociedade alagoana.

Hoje assinamos aqui um convênio para a correção de cerca de 800, quase 900 metros do Regional, mas nós temos — e quero dirigir esta palavra especificamente ao nosso Prefeito e ao nosso Governador — um problema aqui em Maceió que desafia a todos aqueles que chegam ao poder municipal e ao poder estadual, que é o de Salgadinho. Acho que é hora de juntarmos, as três esferas de poder — a Prefeitura de Maceió, o Governo do Estado e o Governo Federal —, para que possamos, de uma vez por todas, retirar da nossa belíssima e querida cidade de Maceió aquela imagem que o Salgadinho dá a nós e a todos os que visitam a nossa capital. Por isso, desde já, me comprometo a destinar os recursos necessários para fazermos toda a reparação do Salgadinho e torná-lo um riacho sem poluição.

Há pouco, quando fazíamos uma visita à nova unidade de queimados do Hospital do Pronto-Socorro, que deverá ser entregue à população dentro de mais alguns meses, recebi um grupo de pessoas que morava numa invasão ali no Estela Mares e que teve suas casas destruídas por um incêndio na semana passada. O governador, os senadores, os deputados federais e estaduais que nos acompanhavam naquele instante, todos nós ficamos comovidos. Quero, aqui, me comprometer a destinar recursos para a construção das casas que vão abrigar os que acabaram de perder as suas. Vou apenas aguardar que a Prefeitura desaproprie uma área qualquer que julgue conveniente para que possamos liberar os recursos. A Prefeitura entrará com o terreno e o Governo Federal com os recursos para dar casas aos que estão hoje desabrigados.

Hoje, pela manhã, também vivemos um momento de extrema importância que foi a inauguração da Igreja de São João

Bosco. O nosso Arcebispo, Dom Edivaldo, fez a sagração. A Igreja de São João Bosco está localizada no conjunto construído pelo Governador Moacir Andrade, chamado Frei Damião.

Gostaria que, cada um daqueles que têm fé e, sobretudo, confiança em Deus, quando tivessem oportunidade, num sábado ou num domingo, por lá passassem porque ela merece uma visita. Com os trabalhos coordenados pela irmã Josefa, a Igreja ficou muito bem construída, muito parecida com a de Nossa Senhora Virgem dos Pobres cuja sagração tivemos também a oportunidade de presenciar no último dia em que passamos como governador de Alagoas.

A sagração da Igreja São João Bosco foi um momento tocante para todos nós, sobretudo porque Dom Bosco, que profetizou a criação de Brasília no local onde a nossa capital está instalada, é conhecido na história da Igreja pela sua coragem, abnegação, força de vontade — sentimentos característicos da população que vive naquele conjunto, como de resto da população alagoana.

«Estamos fazendo um programa
de distribuição de alimentos
sem precedentes no Brasil.»

Devo sair agora e continuar viagem em direção ao Norte do País. Vou a Petrolina e depois ao sertão de Pernambuco, a Serra Talhada. Lá estarei vendo, mais uma vez, aquelas cenas que tanto nos afligem, que tanto nos atingem, que são os efeitos do flagelo da seca.

O Governo, nesse curto espaço de tempo, tem procurado fazer o possível, com as dificuldades que todos nós estamos passando, para não deixar de atender a milhares e milhares de nordestinos que estão passando fome, que estão sofrendo. Esta-

mos fazendo um programa de distribuição de alimentos sem precedentes no Brasil para as famílias mais atingidas por este verdadeiro pesadelo que periodicamente vivemos. Quero lhes dizer que já elaboramos um Programa de Desenvolvimento para o Nordeste.

Desejamos estabelecer uma nova matriz de desenvolvimento para o Nordeste. Não adianta ficarmos, a cada período de seca, remetendo recursos paliativos para isto ou para aquilo, apenas para fazer uma coisinha e, na realidade, não deixar nada de duradouro. Precisamos estabelecer um grande programa, que já está sendo submetido aos governadores eleitos do Nordeste para que ofereçam as suas críticas, as suas sugestões. Neste contato com os governadores, está sendo também solicitada a participação das associações de prefeitos dos diversos estados nordestinos, para que possamos oferecer meios e maneiras de destinar recursos do Governo Federal, a obras perenes, a obras que fiquem e que possam atenuar os efeitos de uma estiagem prolongada igual a esta que estamos vivendo.

Quero, por último, agradecer a todos os alagoanos, a todos os nordestinos e a todos os brasileiros pela manifestação reiterada de confiança num governo que se instalou pelo voto e pela força do povo e que assumiu compromissos muito claros e muito nítidos de mudanças. A esse povo que continua mantendo sua confiança, sabendo que este país, hoje, tem direção, que este país, hoje, tem um rumo. Nós sabemos exatamente aonde queremos chegar e iremos chegar, com a ajuda de Deus, ao final do nosso mandato, tendo o orgulho de dizer que, finalmente, pudemos estabelecer no Brasil condições para uma melhor distribuição de renda, que proporcionou, sem dúvida nenhuma, a constituição de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Ontem, em Brasília, ouvi o seguinte comentário: «O Presidente só está indo a Alagoas, ele precisa ir a outros estados». Tenho, sem dúvida, me desdobrado para visitar todos os estados brasileiros. Mas quero dizer que voltarei a Alagoas todas as vezes que julgar conveniente. Se for preciso, voltarei vinte vezes para dizer a cada um dos senhores, aos prefeitos que aqui vieram para que eu lhes pudesse apertar as mãos, que estou atento

a tudo que se passa no Brasil e em Alagoas. E desejo, na minha próxima visita, agradecer a cada um dos senhores pela colaboração e pela confiança reiterada no Presidente da República.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de assinatura de atos,
no Palácio dos Martírios, em Maceió, Alagoas,
no dia 10 de janeiro de 1991.*

Visita a Serra Talhada para Acompanhamento do Programa «Gente da Gente»

De Serra Talhada, trago hoje no meu coração uma alegria muito especial, porque Deus me deu a oportunidade de ser o primeiro Presidente da República a pisar o solo sagrado do agreste pernambucano, especificamente aqui de Serra Talhada.

Chego para visitar o agreste, o sertão do nosso Nordeste, trazendo a vocês não somente a esperança de melhores dias num futuro próximo, mas efetivamente trazendo recursos que ajudarão a afastar o sofrimento que hoje todos vocês estão vivendo em função dessa seca inclemente. Trago também, minha gente, uma boa notícia, que acredito vai deixar vocês satisfeitos. Na terça-feira passada fui a São Paulo com a minha mulher, especialmente para visitar o nosso querido Frei Damião. E posso dizer a vocês que Frei Damião está em plena recuperação. Sua saúde melhora. Deus quer vê-lo de novo engajado na santa missão, trazendo a sua palavra de fé, trazendo a palavra de Deus para confortar os nossos espíritos e nos dar forças para continuarmos lutando por um Nordeste livre e combativo.

Minha gente, aqui em Serra Talhada estamos verificando hoje, com os nossos próprios olhos, o programa de assistência que o Governo vem podendo prestar. Todos nós sabemos que

infelizmente é impossível atender a todos na medida das necessidades do nosso povo e da nossa gente, e na medida do nosso desejo e da nossa especificada decisão de melhorar a qualidade de vida do nordestino. Mas aí está o programa «Gente da Gente», atendendo a mais de 660 mil famílias de 550 municípios do Nordeste, distribuindo alimentos durante sete meses. Ontem, em Petrolina, nós lançamos programas importantes, não para «passar um laço», não para passar um remédio que faz sumir a dor, mas não cura a doença. Nós lançamos em Petrolina programas de convivência com a seca, que vão significar investimentos maciços de irrigação em toda essa região, além de liberar recursos para a construção de barragens, poços artesianos e casas populares para aqueles que precisam de um teto para abrigar a si e a sua família.

«Aqueles que falam e achincalham
podem ouvir de mim o que não
querem.»

Nós haveremos de continuar com o nosso trabalho. Todos vocês sabem que para um Presidente da República ficar duas horas e meia dentro de um avião de Brasília até Petrolina e mais uma hora e tanto de Petrolina até Serra Talhada, é porque esse Presidente não veio aqui para enrolar quem quer que seja. E é um Presidente, vocês também sabem, que não gosta e nem leva desaforo para casa. Aqueles que falam e achincalham podem ouvir de mim o que não querem.

Eu estou aqui, como sempre estive, de espírito desarmado para rever o meu povo e a minha gente. Venho das Alagoas, onde o solo talvez, em época de seca, seja ainda mais difícil de tratar do que o de Serra Talhada. Venho das Alagoas onde, infelizmente, nós não temos um açude como o que vocês possuem

aqui. Gostaria de levar açudes como o de Serra Talhada para a minha querida Alagoas e para todo o Nordeste, aliviando o sofrimento do meu povo.

Agora, minha gente, o que não quero fazer é aquilo que senti quando era governador do meu estado. O dinheiro só chegava para fazer alistamentos em frentes de trabalho. E o que acontecia com aquele dinheiro? Era como se entrasse num ralo. Sumia ligeirinho e ninguém sabia onde estava. No meu governo, ao contrário, o que se deseja é investir dinheiro, muito dinheiro, no Nordeste, mas investir em projetos que dêem empregos, não durante um ou dois meses, mas para sempre, transformando para melhor a vida de todos vocês.

Minha gente, ninguém pode imaginar a alegria que sinto de voltar ao convívio de vocês. Pela primeira vez, nesta República, um Presidente faz a opção clara pelos pés-descalços, pelos des-camisados e pelos mais necessitados. O enfrentamento aberto com aquela parte da elite que deseja continuar mamando nas tetas do Estado é conhecido de todos vocês. Com a ajuda de vocês, de todos que estão comigo neste palanque e lá em Brasília, dando sustentação parlamentar ao meu governo, nós haveremos de construir uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Gostaria de tratar também com vocês de um assunto que me interessa diretamente, aliás a todos os brasileiros. Uma guerra está para acontecer lá no estrangeiro, num lugar onde tem muito petróleo — petróleo que compramos para abastecer o Brasil. Se estourar essa guerra, o que não acredito, porque ainda mantenho esperanças de que haja uma solução pacífica para aquela crise, nós teremos, mais do que nunca, de estar juntos, de estar unidos. Neste momento, quero fazer uma convocação, não somente ao povo, porque este está confiante e solidário com o Governo, mas à classe política e a todos aqueles que, de alguma forma, vêm manifestando incompreensões em relação às medidas moralizadoras que estamos tomando no comando deste País.

«Quero conclamar toda a classe política, para nos unirmos num mutirão verde-amarelo em favor do Brasil.»

Quero fazer uma conclamação a toda classe política, independente de credo ou de ideologias, para que fiquemos juntos, irmanados, de braços dados, para que possamos enfrentar as dificuldades. Porque se estivermos unidos, minha gente, não vai haver «cabeça-de-prego» que agüente. Juntos, com a força de nossa união, não haverá inflação e dificuldades que resistam à nossa vontade de mudar e de enfrentar os problemas com as soluções adequadas.

Quero conclamar toda a classe política para nos unirmos num mutirão verde-amarelo em favor do Brasil, pela estabilização econômica, pela consolidação da democracia brasileira, que somente será alcançada a partir do momento em que todos estivermos pensando no Brasil e não nos interesses pessoais ou partidários.

Quero, minha gente, de Serra Talhada e do sertão pernambucano, fazer um agradecimento, mais uma vez, a todos vocês. A vocês que, através da revolução pelo voto ocorrida neste país em 1989, resolveram votar pela mudança, resolveram votar por uma melhoria dos atos administrativos que estavam sendo feitos no Brasil. Quero agradecer a vocês, aqui do sertão, pela vitória que me concederam nos dois turnos das eleições presidenciais em todo o País. Agradecer ao Inocêncio, ao Argemiro pelo apoio que me deram. Agradecer aos deputados estaduais, aos vereadores, aos prefeitos da região, aos senadores, deputados federais e ao meu amigo e governador de todos os pernambucanos, Joaquim Francisco. Todos temos uma grande tarefa a realizar nos próximos quatro anos. Quero dizer a vocês que, mesmo do distante Planalto Central, mesmo de Brasília, que Juscelino Kubitschek construiu, do Palácio do Planalto, o meu cora-

ção estará aqui no sertão nordestino, ao lado de vocês, sofrendo com vocês. E podem estar certos de que eu quero fazer deste Nordeste um Brasil irrigado, onde vocês possam, com a chegada da água e de projetos responsáveis, colher desta terra o alimento necessário para matar a sua fome e a da sua família. O meu desejo é que vocês parem de aguar o seu roçado com o suor do rosto. Deus vai nos ajudar. Deus está olhando por nós. E há na equipe deste Governo homens públicos de Pernambuco que nos acompanham. Não tenho dúvida de que há dentro de cada um de nós a intenção de fazer o melhor pelo nosso povo.

Serra Talhada, sertão de Pernambuco, Nordeste brasileiro, mais do que nunca estamos juntos e unidos em torno de uma mesma causa, em torno de um mesmo objetivo. Vamos ao nosso grito de liberdade. O Nordeste haverá de dar o exemplo de desenvolvimento e de prosperidade. Vamos juntos continuar a nossa luta. Vou embora, volto para Brasília, mas volto a dizer, minha gente, aqui fica o meu coração e a certeza de que estaremos juntos para encontrar a solução dos nossos problemas. Obrigado Serra Talhada.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita a Serra Talhada, em
Pernambuco, para acompanhamento
do programa «Gente da Gente»,
no dia 11 de janeiro de 1991.*

Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão, em 14 de Janeiro de 1991

Boa-noite,

Dirijo-me a vocês para trazer uma mensagem de tranqüilidade à Nação Brasileira neste momento de apreensão internacional diante dos acontecimentos no Golfo Pérsico. Termina amanhã o prazo concedido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para a retirada das forças iraquianas no Kuaite. Quero assegurar a todos que o Governo acompanha, desde o início, o desenrolar desta crise, atento para que sejam menores possíveis as conseqüências deste conflito na vida do nosso povo. Ainda, e sempre, temos esperança na paz. Nos últimos anos vivemos grandes avanços da democracia no mundo. Festejamos as soluções pacíficas para os problemas entre Leste e Oeste, o fim da guerra fria, a redenção democrática dos países do Leste Europeu e a derrubada do Muro de Berlim.

Lamentamos profundamente o que vem ocorrendo no Golfo Pérsico, por representar um amargo e inesperado retrocesso nessa tendência de respeito à ordem jurídica, a um maior entendimento entre os povos e ao clima de paz e prosperidade em todo o mundo.

É importante, minha gente, que vocês saibam que essa crise no Oriente pode trazer grandes dificuldades para países como o Brasil, que lutam pela recuperação de sua economia.

Apesar de nossos esforços para diminuir a dependência internacional no abastecimento de petróleo, ainda importamos cerca de 50% de nossas necessidades de consumo, e nossos fornecedores estão precisamente naquela região.

Se fracassarem todas as negociações para uma solução pacífica e vier o pior, o preço do petróleo subirá ainda mais, agravando-se a tendência recessiva da economia em todo o mundo.

Este quadro internacional vai dificultar nossas exportações, diminuir nossa capacidade de importação de máquinas e tecnologias estrangeiras tão necessárias ao nosso desenvolvimento. E ainda tende a adiar os investimentos externos em nosso País.

O momento, minha gente, é grave. Nossa equipe de governo vem trabalhando incansavelmente na análise de nossos recursos e na busca de alternativas para que as dificuldades que tivermos no cotidiano sejam as menores possíveis. Seguiremos firmes e confiantes com o nosso programa de governo e espero de cada cidadão brasileiro, uma participação efetiva.

O Brasil precisa que cada um tenha a consciência da responsabilidade que o momento exige. Cada um pode, sim, e deve, desde já, ajudar a seu país, economizando combustível e energia elétrica. Os sacrifícios de um racionamento estarão afastados à medida que cada um souber racionalizar os gastos de gasolina, de óleo diesel, e especialmente a senhora, dona-de-casa, o consumo de gás de cozinha.

Mais do que nunca é hora de união, de coesão e de solidariedade. É hora de fazermos um mutirão verde-amarelo pela estabilização da economia e consolidação da democracia.

Quero fazer uma convocação — não somente ao povo, a quem mais uma vez agradeço a confiança que vem mantendo nas ações do Governo —, mas também a toda a classe política e a todos aqueles que, de alguma forma, vêm manifestando in-

compreensões em relação às medidas moralizadoras que estamos tomando no comando do País.

Conclamo a todos, trabalhadores, empresários, políticos, independentemente de credo ou ideologia, para não abandonarem a idéia de estarmos irmanados no enfrentamento das dificuldades, na busca de soluções adequadas.

É este espírito de união que vai garantir o êxito das reformas estruturais que precisamos aprofundar e do nosso desenvolvimento com distribuição de renda, sem inflação, e sobretudo com justiça social.

Todos os esforços pela paz servem a Deus. As religiões podem ser diferentes e diversas, mas Deus, minha gente, é um só. Unamo-nos em torno Dele, rogando que inspire os que estão no comando das decisões para que se chegue a uma solução pacífica. Estou seguro de que expresse o sentimento da família brasileira, hoje reunida em sua aflição pela sorte da humanidade, ao lançar novo apelo pela vitória do bom senso, da conciliação e da paz.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em cadeia nacional de rádio e televisão,
no dia 14 de janeiro de 1991.*

IX Reunião Ministerial

*Senhores Líderes Partidários,
Senhores Parlamentares,
Senhores Ministros de Estados,
Senhores Secretários de Governo,
Minhas Senhoras e meus Senhores,*

Com profunda consternação acompanhamos o início das operações de guerra no Golfo Pérsico que sepultam, de momento, as esperanças de paz, apesar dos esforços ingentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Por sua história e pela vocação pacífica de seu povo, o Brasil sente-se autorizado a se associar à voz coletiva de apreensão pela sorte de milhares de seres humanos, bem como de pesar pelas nefastas conseqüências que, para a ordem política e econômica internacional, vêm resultando da crise aberta em 2 de agosto passado, com a invasão e a pretendida anexação do território do Kuaite.

O Governo brasileiro, como é sabido, já havia tomado as providências acautelatórias cabíveis ante a possibilidade, nos últimos dias, crescente, do pior desfecho para a crise no Golfo. Mas nunca se está preparado para a guerra; sobretudo depois de havermos todos derrotado, em tão curto espaço de tempo, os confrontos ideológicos e as quebras do princípio democrático que, há décadas, asfixiavam a história contemporânea.

Ao amparo dessas conquistas, reiterávamos nossos compromissos com os princípios fundadores das Nações Unidas e, juntos, perseguíamos uma difícil, mas decerto compensadora caminhada em direção ao mundo livre, mais próspero, solidário e fraterno.

Não é justo que voltemos a tropeçar no pesadelo da guerra, como se ainda não tivéssemos feito por merecer a paz.

A paz, a conquistamos na inteligência e sensibilidade de uma geração que soube enterrar a guerra fria e construir o Estado de direito; a mesma geração que agora se indigna, com sobradas razões, ante o fracasso da capacidade de diálogo, de negociação, de busca tenaz de soluções pacíficas às controvérsias internacionais.

Enlutados, cumprimos hoje o primeiro dia desta fase derradeira e decisiva do conflito do Golfo. Quantas mortes mais, qual o limite à destruição, que novos desequilíbrios no cenário político e econômico mundial teremos de suportar antes de reunirmos todas as nossas energias em prol de um cessar-fogo imediato, e do início de negociações construtivas e abrangentes em nome da paz e segurança internacionais?

O Brasil, ao reiterar sua confiança na Organização das Nações Unidas, como foro competente para resgatar uma paz negociada no Golfo Pérsico, renova sua esperança na vitória, no mais curto prazo possível, do bom senso e do entendimento. Devemos isso a nossos concidadãos, homens e mulheres de todos os credos, raças e convicções ideológicas, que merecem e hão de viver em um mundo melhor. Que Deus nos ajude.

Palavras de Encerramento da Reunião

Ao encerrar a nossa reunião, quero agradecer a presença do Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente em exercício da

Câmara dos Deputados, dos líderes do Governo nas duas Casas Legislativas e senhores líderes partidários.

Ao agradecer a colaboração de toda sociedade brasileira para este momento crucial por que estamos atravessando e que iremos atravessar, quero salientar que o momento, como dizia numa outra oportunidade, é grave, é extremamente grave, e somente com espírito de solidariedade a presidir as nossas ações é que poderemos superá-lo, sem muitas dificuldades.

É necessário que a sociedade participe solidariamente deste processo. O Governo Federal não pode fazer tudo, e nem deve fazer tudo. Num regime como esse que todos comemoramos, num regime de respeito aos princípios democráticos é fundamental que haja essa associação dos interesses nacionais com os objetivos comuns de toda a nação brasileira. Por isso, mais uma vez, dirijo a minha palavra a todos aqueles que estão agora nos assistindo, para que participem desse esforço, para que evitem consumir desnecessariamente combustível, para que evitem fazer estocagem de produtos inflamáveis. Como disse o Ministro da Infra-Estrutura, esse processo, além de conspirar contra os interesses superiores da nação brasileira, conspira sobretudo contra a segurança daquele que pratica esse ato e de toda a sua família.

É necessário que saibamos nos conduzir com a responsabilidade que o instante exige. Eu tenho certeza de que esse espírito de colaboração nós encontraremos refletido no nosso cotidiano, por parte de cada cidadão brasileiro. A colaboração, a cooperação e o perfeito entendimento da situação por parte dos poderes constituídos da República são fatores que também nos permitem encarar de uma maneira positiva a superação das dificuldades. Há, portanto, condições plenas para que possamos ultrapassar esse instante sem que haja maiores inquietações dentro do Brasil no que tange às interrogações quanto ao seu futuro.

Agradeço a presença dos senhores Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, dos senhores líderes partidários e agradeço primordialmente à sociedade do meu País pela colaboração e pela cooperação que não irão faltar em nenhum instante desse momento que, repito, é extremamente gra-

ve para toda a ordem internacional, para todos os países do nosso planeta e especificamente para o nosso Brasil.

Muito bom-dia e muito obrigado a todos os senhores.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a IX Reunião Ministerial,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 17 de janeiro de 1991.*

Cerimônia de Assinatura do Decreto de Instituição do Projeto de Recuperação da Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro

Procedemos, hoje, a bordo do navio de desembarque Rio de Janeiro, à assinatura do decreto que institui o Projeto de Recuperação da Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro, o Ambiente-Rio, uma iniciativa que tem por objetivo ajudar esta cidade, este estado, a recuperar a sua saúde, a saúde de sua população e a preservar sua riqueza natural — um dos cenários, sem dúvida, mais deslumbrantes do planeta.

O carioca e o fluminense têm orgulho de sua terra, e todo o Brasil, um orgulho da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cujo aniversário de fundação hoje comemoramos. O Rio é um símbolo do País, a porta de entrada e de saída, a vitrine, e como tal deve merecer o respeito, o cuidado e o amor do povo brasileiro. A imagem da Nação jamais poderá ser positiva se a opinião pública, nacional e internacional, não tiver uma impressão favorável do Rio de Janeiro

A história recente não reservou ao Rio de Janeiro tratamento condizente com sua importância e significado. Por ser um povo criativo, de espírito inovador, o carioca e o fluminense

sempre demonstraram seu desacordo com o quadro de miséria, ignorância e desalento que predominava no Brasil. Esse espírito crítico e essa vontade inabalável de mudar os destinos de nosso povo são alimento indispensável à construção da cidadania, à construção da democracia. O Rio, síntese racial, cultural e econômica do País, deve ter voz ativa nas grandes decisões nacionais.

A coragem de dissentir não deve jamais ser obstáculo à colaboração e ao entendimento, quando estamos diante dos objetivos maiores de reconstrução nacional. É hora de conjugar esforços federais, estaduais e municipais para corrigir a situação dramática de pobreza em que vivem milhões de moradores do Estado do Rio de Janeiro. É hora de unir forças para combater o processo de degradação ambiental do Rio, que não pode continuar, pois constitui uma agressão inaceitável ao Brasil, à sua riqueza, à sua gente. Meus compromissos de campanha eleitoral foram claros no sentido de não abandonar o Rio de Janeiro, de lutar pela melhoria da qualidade de vida de sua gente.

«Nunca me deixarei conduzir por rancores pessoais ou preconceitos ideológicos.»

Os brasileiros de boa-fé querem que o País mude. Em momento como o que vivemos, quando todos enfrentamos graves ameaças à nossa economia e ao nosso desenvolvimento, é necessário e patriótico pensar a longo prazo. Este é um momento de reconciliação, este é um momento de diálogo democrático. Os brasileiros de boa-fé sabem que o País já começou, efetivamente, a mudar. A todos esses brasileiros, peço um crédito de confiança: as mudanças radicais que queremos realizar não se materializam instantaneamente. Elas são consequência de uma revolução de mentalidade, resultante da transformação democrática que o País vive, e que toma tempo para vingar e sobrepor-se a comportamentos consagrados. O que não aceitamos mais é

sermos prisioneiros eternos do conjuntural. O que não toleramos mais é o desrespeito cotidiano às normas básicas de convívio humano. O que o povo brasileiro já não pode mais agüentar é a impunidade, o privilégio e a arrogância dos poderosos.

Como magistrado supremo da Nação, minha postura será sempre a do diálogo, a do entendimento. Governo e governarei sempre sob o signo da transparência, com olhos voltados para a cooperação construtiva, único caminho para a conquista de um futuro melhor para milhões de desassistidos. Nunca me deixarei conduzir por rancores pessoais ou preconceitos ideológicos. Aqueles homens públicos que, como eu, acreditam no valor do trabalho, apostam na superação urgente dos problemas sociais que assolam o Brasil e agem com retidão cívica merecem e merecerão, desta maneira, sempre meu encorajamento e o meu apoio. Nossas percepções políticas podem diferir, mas nossos ideais devem ser idênticos: a conquista da modernidade pela via da democracia, a busca da solidariedade para a organização de uma sociedade equilibrada, harmônica e guiada pela racionalidade, sobretudo guiada pela busca da justiça social.

Senhor Governador,

Senhoras e Senhores,

Cariocas e fluminenses,

O Projeto de Recuperação da Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro, Ambiente-Rio, que agora iniciamos, prevê a recuperação sanitária da cidade do Rio de Janeiro e de seu entorno, num esforço conjunto inédito dos governos federal, estadual e municipal, da iniciativa privada e da sociedade civil. Pela primeira vez, ações integradas de saneamento básico e de preservação do meio ambiente estão sendo adotadas.

O Governo Federal, com a participação dos bancos internacionais, contribuirá com cerca de 70% dos gastos do programa, para o qual, até o fim de 1992, serão alocados recursos estimados em 151,3 bilhões de cruzeiros, correspondentes a cerca de 880 milhões de dólares. Para a etapa seguinte, que irá até 1994, estão sendo levantados recursos de 920 milhões de dólares. Finalmente, para o período de 1995 ao ano 2000, o projeto estima

gastos da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Em suma, até o ano 2000, o projeto Ambiente-Rio deverá alcançar investimentos de aproximadamente 3,6 bilhões de dólares, dos quais 2,6 bilhões serão integralizados pelo Governo Federal. Serão desenvolvidas ações voltadas para o abastecimento de água, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, drenagem, proteção de encostas, coleta e destinação final de lixo, recuperação de 55 rios, que trarão, como uma das conseqüências, a despoluição da nossa Baía de Guanabara.

O alcance do projeto é excepcional: beneficiará todos os moradores da região metropolitana do Rio, principalmente a população urbana de baixa renda. Proporcionará a geração de cerca de 40 mil novos empregos por ano, estimulando a indústria do turismo e da construção civil, além de enfatizar a participação da sociedade, reforçando o elo que vincula o cidadão à sua cidade, que vincula o cidadão ao seu estado.

Enfrentar os problemas do meio ambiente não esgota a ação do poder público para a recuperação e a reconstrução do Rio de Janeiro. A atenção que todos dão, no presente, à questão ambiental é uma das grandes conquistas de nosso tempo e é resultado da consolidação democrática do País. Mas é apenas uma das muitas questões que necessitam de providências prementes.

Os investimentos de meu governo no Estado do Rio de Janeiro, na área social, são o resultado dessa preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos fluminenses e dos cariocas. Mencionaria, por exemplo, obras de saneamento nas quais foram aplicados cerca de 100 milhões de dólares, a maior parte na Baixada Fluminense. O Programa de Ação Imediata para Habitação já aprovou a contratação de 17.804 novas moradias no estado, das quais 4.595 estão em construção. No combate à dengue, em 1990, foram alocados, pelo Governo Federal, cerca de 3,8 bilhões de cruzeiros — aproximadamente 19 milhões de dólares, que somados aos recursos já liberados este ano alcançam 5,1 bilhões de cruzeiros, ou seja, 25 milhões de dólares. Os recursos financeiros foram complementados com a mobilização de profissionais da área sanitária, além do treinamento de 1.800 soldados do Exército brasileiro, que trabalham no combate à moléstia, dando desta forma sua contribuição à sociedade.

«O projeto Ambiente-Rio é um marco da modernidade que chega ao Brasil.»

A tradição de pesquisa das instituições voltadas para a área da saúde no Rio de Janeiro constituem motivo de orgulho para todo o País. Entre elas, mencionaria a Fundação Oswaldo Cruz, que tem recebido e continuará a receber recursos federais.

A adoção de políticas ousadas e criativas de recuperação social deve ser preocupação prioritária das autoridades estaduais e municipais do Rio de Janeiro, como vem sendo. Estou seguro de que os homens públicos deste estado têm convicções sólidas no sentido de transformar a sociedade brasileira pela modernização, pela erradicação da miséria e pela assistência à infância. Desejo-lhes êxito, porque o sucesso do Rio de Janeiro na área social contribuirá de forma decisiva e exemplar para nosso projeto de reconstrução nacional.

O projeto Ambiente-Rio é um marco da modernidade que chega ao Brasil. É, ademais, uma das etapas de preparação da cidade para a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizará em 1992. Escolhi o Rio de Janeiro para sede da conferência, a despeito dos argumentos que desaconselhavam esta decisão, porque, como muitos, eu aposto no futuro deste estado.

Aqui, mais do que nunca, o homem deve aprender a harmonizar a preservação dessa natureza exuberante com a dinâmica racional do desenvolvimento e absoluto respeito aos direitos humanos, especialmente ao das nossas crianças. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar do território nacional, a solução da degradação humana e ambiental é urgente e inadiável. Estas soluções, contudo, não dependem apenas do estado e dos governantes. Elas passam por um processo de organização de toda a sociedade para construção de uma nova cidadania, mais participativa e consciente. O povo carioca e fluminense deve nos ajudar a fiscalizar, denunciar e impedir a violência cometida contra

as nossas crianças, contra os direitos humanos, bem como a agressão ao meio ambiente.

É importante que todos estejam convencidos de que a preocupação ecológica não é incompatível com o desenvolvimento. É igualmente necessário que todos percebam que a preservação ambiental contribui para melhorar os padrões de vida da população, e mais especialmente das classes de baixa renda.

O projeto Ambiente-Rio vai ajudar o carioca e o fluminense na recuperação da beleza que fez desta cidade um dos lugares mais fascinantes e famosos do planeta. É um projeto destinado a ter conseqüências a longo prazo. Nossos filhos, nossos netos, não de se beneficiar do que estamos hoje fazendo. É um tributo justo e merecido à glória de um povo amistoso e hospitaleiro. É uma homenagem do Brasil à sua Cidade Maravilhosa.

Ao encerrar as minhas palavras, gostaria de agradecer aos oficiais-generais aqui presentes, da Marinha de Guerra do Brasil, agradecer ao comandante deste navio e a toda a sua tripulação pela gentileza que tiveram de nos acolher neste final de manhã, para lançarmos, sobre as águas da Baía de Guanabara, não somente o programa, mas sobretudo as nossas esperanças e a nossa firme disposição de colaborar profundamente com o Rio de Janeiro, para que juntos possamos fazer desta cidade e deste estado o reencontro de suas aspirações com aquilo que nós desejamos, ou seja, com a cidade-símbolo de uma sociedade civil fortalecida pela prática dos seus direitos, dos direitos da sua cidadania, uma cidade de formulações importantes para os destinos deste País, uma cidade-símbolo da nossa nacionalidade. Muito obrigado aos senhores.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a cerimônia de assinatura do decreto
de instituição do Projeto de Recuperação da
Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro,
no Rio de Janeiro,
no dia 20 de janeiro de 1991.*

Solenidade no Parque Indígena do Xingu

Venho ao posto de Diavarum para retomar o contato direto, fraterno e aberto, que desejo manter com todos e cada um dos nossos grupos indígenas. Venho para reafirmar que a questão do índio é prioritária para o meu governo, e tenho pressa em resolvê-la.

No final do ano passado, tomei decisões sobre alguns problemas que pediam providências imediatas e enérgicas. Não são problemas novos. Ao contrário, estão historicamente enraizados, sempre à espera de solução. Agora, entretanto, estas questões estavam assumindo tons dramáticos, e era necessário que a sociedade e o Governo conjugassem esforços para, com liderança e vontade, superá-las de forma definitiva.

Convoquei ministros e autoridades para que, em reuniões setoriais, que presidi pessoalmente, apresentassem ações de efeito imediato em áreas como a das crianças, do Nordeste, da educação, da reforma administrativa e, naturalmente, dos índios. Agora as medidas começam a surtir efeito. Minha vinda ao Xingu, para assinar os decretos que homologam a demarcação desse parque indígena, e também da área indígena de Capoto-Jarina, é o primeiro ato de um processo que há de mudar o tratamento da questão do índio no Brasil.

Precisamos pôr termo à ineficácia de atitudes paternalistas, muitas vezes preconceituosas, que durante muito tempo prevaleceram, e que apenas inibiram a afirmação do direito dos índios de manterem e desenvolverem sua própria identidade cultural. Os povos indígenas contribuíram, de forma decisiva, na formação histórica e cultural do homem brasileiro. Seu legado vai muito além das palavras sonoras, que enriqueceram a língua portuguesa, de hábitos alimentares e sociais incorporados ao nosso cotidiano, do próprio sangue amalgamado no sangue do povo brasileiro.

O índio ensinou nossos antepassados a conhecer a floresta tropical e os rios que cortam o nosso território. Seus mitos e visões de mundo estão na base de nossa cultura popular e do nosso folclore. Seu conhecimento da fauna e da flora iluminaram as pesquisas de muitos cientistas, farmacólogos e médicos. O mais importante é que os índios continuam a ensinar o homem contemporâneo, e essas lições são o mais perfeito símbolo de relevância de seus conhecimentos para toda a humanidade. Em sua simplicidade, nobreza e generosidade, o índio demonstra que a comunhão com a natureza é fonte de sabedoria e de vitalidade.

O homem moderno, principalmente os habitantes do mundo desenvolvido, tornou-se prisioneiro de um consumismo estéril que, muito longe de trazer a felicidade e o bem-estar, tem acelerado, em níveis intoleráveis, o processo de degradação do nosso meio ambiente. Não podemos, no Brasil, reproduzir essas fórmulas de crescimento desordenado, sem lastro ético e espiritual. As lições da cultura indígena são uma inspiração para que aprendamos os caminhos possíveis da conciliação do desenvolvimento com o absoluto respeito à natureza.

Temos o dever e a responsabilidade de preservar esse patrimônio e desenvolvê-lo em toda a sua plenitude. Nossos filhos haverão de nos agradecer por termos percebido em tempo que a diversidade cultural é uma das principais riquezas de nosso País. Por isso, as diretrizes da política indigenista do meu governo são e serão guiadas pelo respeito à identidade cultural, à

promoção dos direitos humanos e pela garantia dos direitos da cidadania de todos os brasileiros, como determina a Constituição e exige um país moderno e democrático.

«O modelo de ação que tencionamos adotar promoverá o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades indígenas.»

Estamos diante do desafio de adotar uma política indigenista que evite os erros do passado, sobretudo os que impuseram assimilações forçadas e empobrecedoras. O modelo de ação que tencionamos adotar promoverá o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades indígenas e assegurará sua interação harmoniosa com a comunidade nacional.

Precisamos modificar o regime tutelar, mediante maior ênfase nas obrigações do Estado, na demarcação das terras indígenas e na regularização fundiária. É imperativo dar aos índios proteção contra invasões. É inadiável auxiliar essas comunidades com medidas de defesa do meio ambiente, pois é na floresta e nos rios que o índio busca a maior parte do seu sustento. Ademais, é urgente desenvolver programas de assistência médica e de bem-estar comunitário. A tutela do Estado deve garantir o exercício pleno dos direitos do cidadão indígena. Para assegurar o cumprimento dessas diretrizes, determinei estudos urgentes sobre a redefinição institucional do órgão responsável pela execução dos programas de proteção à comunidade indígena, assim como a elaboração de propostas, visando à adequação do Estatuto do Índio aos novos preceitos constitucionais.

Minha gente, o que apresento agora não são promessas. É a continuação de uma atitude de verdadeiro respeito ao índio, que já se materializou em ações e resultados concretos. Entre eles, valeria mencionar a diminuição drástica do número de garimpeiros na área Ianomami, que, em meu governo, caiu de 40 mil para 800 homens. A incidência da malária e de outras moléstias entre os Ianomami também sofreu uma queda brutal. Obser-

vadores internacionais isentos têm visitado as áreas indígenas e verificado os processos a que aludi. Naturalmente, muito mais teremos que fazer.

«A garantia da terra é essencial
à afirmação da identidade dos
grupos tribais.»

A garantia da terra é essencial à afirmação da identidade dos grupos tribais. O território representa, para o índio, muito mais do que riquezas. É o esteio da sua própria sobrevivência, é o espaço para a manifestação da sua cultura. As terras indígenas são o templo sagrado de suas tradições, o berço de sua existência, sua fonte de suprimento. As áreas indígenas demarcadas e por demarcar somam cerca de 80 milhões de hectares, quase 10% do território nacional. Estou determinado a fazer cumprir inteiramente o dispositivo constitucional que manda concluir o processo de demarcação das terras indígenas até 1993. Para tanto, solicitei ao Ministério da Justiça a elaboração imediata de minuta de decreto, estabelecendo nova sistemática administrativa para essa demarcação.

A autogestão comunitária deve se constituir no princípio básico do exercício, pelas comunidades indígenas, do usufruto exclusivo que têm sobre os recursos do solo, rios e lagos, em seu território. A excessiva interferência do Estado na gestão do patrimônio indígena pode levar a situações de exercício abusivo da tutela e de negação do próprio usufruto. A valorização econômica do patrimônio indígena deve ter por objetivo a promoção das comunidades. Não pode servir a interesses individuais, nem à ganância inescrupulosa de terceiros.

Preocupa-me a dilapidação acelerada, em muitos casos, do patrimônio indígena, inclusive com graves danos ao meio ambiente. O Estado não permanecerá insensível à tragédia vivida pelas comunidades cujas áreas se tornaram insuficientes para assegurar o seu próprio sustento. Trataremos de buscar, incessan-

temente, os meios de atender e remediar esta aflição, que, infelizmente, é também a mesma de tantas famílias de outros brasileiros sem terra, vítimas do desabrigo e órfãos da esperança. Não é por acaso que o destino, muitas vezes, reúne esses brasileiros de origens distintas, índios e não índios, no mesmo chão, fazendo da pobreza e da miséria o resultado visível da assimilação. Contra tudo isso temos que lutar. O desenvolvimento harmônico, com justiça social, é o único caminho da modernidade e da consolidação do processo democrático.

A assinatura dos decretos de homologação da demarcação do Parque Indígena do Xingu e da área indígena Capoto-Jarina não é ato isolado, mas parte de uma política indigenista consciente, que representa o compromisso do meu governo com os desassistidos e os desamparados. Deus haverá, minha gente, de nos ajudar nesta difícil, mas, sem dúvida nenhuma, engrandecedora missão. Obrigado pela presença de todos vocês aqui, neste dia que considero digno de registro para mim, como cidadão brasileiro, em que se marca definitivamente uma opção clara, definida, nítida e transparente do Governo brasileiro em favor das comunidades indígenas do nosso País.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a solenidade de assinatura de
atos no Parque Indígena do Xingu,
em Mato Grosso,
no dia 25 de janeiro de 1991.*

Solenidade de Assinatura de Atos no Palácio dos Martírios

Nesta volta ao Nordeste e visita a Maceió, fico recompensado pelo fato de estar hoje anunciando um projeto de irrigação, a partir da formação do lago da Hidrelétrica de Xingó, que vai beneficiar enormemente o semi-árido da nossa região, especificamente de Sergipe e de Alagoas.

A partir da formação deste lago, com a conclusão das obras de Xingó em 1994, nós iremos também inaugurar dois pólos de irrigação de aproximadamente 20 mil hectares cada um, nos Estados de Sergipe e Alagoas. Isto porque nós, nordestinos, sabemos muito bem que em termos de trabalho, de obstinação e de determinação, não temos o que aprender com o restante do País. Historicamente o povo nordestino vem dando demonstrações claras de que essas são as suas principais qualidades. No entanto, a inclemência do tempo, as secas persistentes e quase permanentes, embora não quebrem a fibra e a tenacidade do nosso sertanejo, em muitos momentos lhe tiram o ânimo necessário e indispensável para que continue apegado a sua terra, acreditando que um dia melhor haverá de chegar, de modo que possa, na sua terra, plantar e colher o alimento que irá sustentar toda a sua família. O Nordeste precisa basicamente de água. Com um pouco de água, sem dúvida nenhuma, transformaremos a nossa região numa região rica, próspera e desenvolvida.

Alagoas e Sergipe estão unidos pelo rio São Francisco. Há poucas semanas atrás, em Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, eu dizia que meu governo não deseja dar, e não irá dar um tratamento assistencialista ou paternalista a cada período de seca. O que desejamos é estabelecer condições para financiar projetos que signifiquem a implementação e implantação de obras permanentes, que dêem empregos, que tragam prosperidade e um retorno econômico para toda a comunidade.

O projeto a que hoje estamos dando início e a que já me referi, de irrigação de 20 mil hectares em cada uma das margens do Velho Chico, significa o cumprimento dessa definição governamental de investir sempre no Nordeste, mas em projetos e não conjunturalmente, dentro de uma política que não consideramos a mais acertada, que é a do assistencialismo e do paternalismo.

«Não tenho dúvida de que esse projeto vai ficar muito melhor que o de Petrolina e Juazeiro.»

Este projeto me foi trazido pelo Governador eleito João Alves, que estava liderado naquela audiência pelo Governador Antonio Carlos Valadares e na companhia do Senador Albano Franco. Eles chegaram com essa idéia, com esse arrazoado, e imediatamente me convenceram da certeza de que aquele era um projeto perfeitamente compatível com as nossas diretrizes e de acordo com as expectativas do povo do nosso sertão.

Logo depois, com a presença do Governador Moacir Andrade, nós tratamos também de elastecer o projeto, que contou com o apoio entusiasmado de Sua Excelência, configurando assim um programa de integração entre os dois estados vizinhos e irmãos, Alagoas e Sergipe.

Esta sem dúvida nenhuma é uma decisão que nos gratifica a todos. Se Deus quiser, em 1994, nós poderemos juntos comemorar a entrega da obra da Hidrelétrica de Xingó e do projeto

de duas áreas irrigadas de 20 mil hectares cada, no nosso Estado de Alagoas e em Sergipe. Eu não quero que os governadores eleitos da Bahia e de Pernambuco se chateiem com os governadores eleitos de Sergipe e Alagoas, mas eu não tenho dúvida de que esse projeto vai ficar muito melhor que o de Petrolina e Juazeiro.

Também já confirmei com a Magnífica Reitora da Universidade Federal de Alagoas a chegada de recursos na conta da nossa UFAL, para as obras do Hospital Universitário. Lá estive há alguns meses atrás, e houve o compromisso formal de todos nós para dotar a nossa universidade e o nosso estado de um hospital que pudesse utilizar os inúmeros talentos que são formados anualmente nessa universidade.

Os alagoanos sabem o quanto isso é caro para nós, o quanto isso é importante, quantos anos estamos lutando para finalizar as obras do Hospital Universitário. Mas agora, se Deus quiser e com a condução firme da nossa Reitora, rapidamente teremos condições de entregar a toda a comunidade acadêmica o Hospital Universitário.

Hoje podemos anunciar também a liberação de recursos para eletrificação do projeto Maratuba, no baixo São Francisco, que se transformou num problema crônico, que estamos vivendo há mais de 10 anos sem uma solução definitiva. É uma prioridade desse governo terminar as obras do projeto Maratuba. Não vamos iniciar nenhuma outra grande obra enquanto não terminarmos aquela, de modo a dar uma maior eficiência na aplicação desses recursos.

«Não podemos perder de vista os
problemas que vêm sendo enfrentados
pelas classes produtoras
do Nordeste.»

À solicitação que me foi feita pelo governador, há poucos instantes na Vila Brejal, para que construíssemos uma escola no

conjunto Frei Damião, já dei o meu despacho favorável e encaminhei ao secretário-executivo do Ministério da Educação, o Professor José Luitgard. Mas, gostaria de fazer aqui uma reflexão. Nós estamos verificando que realmente há a disposição franca, aberta e determinada do Governo Federal de carrear recursos para o Nordeste, em torno de projetos consistentes e também para a nossa Alagoas, visando melhorar a infraestrutura da nossa região. É exatamente no instante em que estamos desenvolvendo largamente uma melhoria da nossa infraestrutura, não podemos perder de vista os problemas que vêm sendo enfrentados pelas classes produtoras do Nordeste.

A presença nesta nossa viagem do Secretário João Maia, número dois do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, é exatamente com o objetivo, de se encontrar com os representantes das classes produtoras — do comércio e da indústria — para discutir os problemas que estão vivenciando e as soluções que poderão ser apresentadas com a participação do Governo Federal. Eu acredito que dessa maneira, caminhando lado a lado, caminhando *pari-passu*, dentro desses mesmos objetivos, nós haveremos de fazer do nosso Nordeste uma região que vai se alçar diante dos olhos de outras regiões brasileiras como algo importante no processo de desenvolvimento do nosso País.

Uma palavra aos nossos prefeitos e vereadores, a quem desde o início da minha vida pública me vinculei. Aos prefeitos, aos vereadores, às lideranças comunitárias, o meu apreço. Posso lhes dizer da minha preocupação constante com o que vem ocorrendo nos seus municípios. Sou fundamentalmente municipalista, porque sei das dificuldades por que passam os chefes de poder Executivo, sei das dificuldades por que passam os senhores vereadores. Já fui prefeito dessa querida Maceió, e bem sei o que isso significa. O prefeito é sempre instado, é sempre cobrado por qualquer coisa que ocorra na cidade, e as possibilidades que ele tem de atender nem sempre estão à altura das demandas, das solicitações que recebem.

Estou atento, e já recomendei à Ministra da Ação Social para que dê um tratamento especial às comunidades, às diversas prefeituras do nosso País, no sentido de atender sempre que possível às reivindicações que são trazidas por essas lideranças.

Uma palavra para o Estado de Sergipe, que deu uma demonstração de maturidade política a toda Nação brasileira nas últimas eleições. A união das lideranças políticas em Sergipe permitiu que o Governador Valadares elege-se o seu sucessor, elege-se o senador e todos os integrantes da bancada federal em Brasília, além de uma ampla maioria na Assembléia Legislativa. Esse exemplo que Sergipe deu, de união da classe política, de pessoas de extrema qualificação que viram chegar o momento de deixar as eventuais divergências de lado em nome da construção de um estado cada vez melhor, foi o que permitiu essa vitória expressiva, que, sem dúvida nenhuma, irá se refletir no dia-dia da administração do futuro Governador João Alves.

«O processo eleitoral já passou,
e o momento é de darmos as mãos.»

Mas também posso dizer que Alagoas não ficou muito atrás. O Governador Moacir Andrade e as lideranças políticas do estado conseguiram, numa formação e numa união bastante ampla de forças, levar ao governo o Deputado Geraldo Bulhões, que obteve nas últimas eleições a maior vitória já conquistada por um candidato ao governo de Alagoas.

Alagoas e Sergipe, esses dois pequenos mas combativos e bravos estados, situados exatamente entre dois gigantes do Nordeste, Pernambuco e Bahia, não podem ficar desunidos. Temos que estar juntos, que conjugar o interesse maior da nossa região, do nosso Nordeste. Se todos estivermos unidos dentro do propósito de ajudar o nosso povo e o desenvolvimento dos nossos estados, é claro que só teremos a lucrar. Não há necessidade de ninguém ficar amolado por isso ou por aquilo. O processo eleitoral já passou e o momento é de darmos as mãos.

O Presidente da República deseja, mais do que nunca, ver essa irmandade, essa fraternidade instalada aqui em Alagoas, em Sergipe, no Nordeste e em todo o Brasil. Não se pode ser contra Alagoas. Neste momento, não estar ao lado do Governador

dor Geraldo Bulhões seria uma posição que eu diria incorreta, do ponto de vista do atendimento aos interesses do estado. Por isso, fica aqui mais uma vez a minha solicitação para que todos nós unamos e que, Alagoas e Sergipe, irmanados pelo velho Chico, caminhem juntos, com projetos, sempre que possível, feitos de uma forma a compatibilizar custos, melhorar a eficiência na aplicação dos recursos, porque desta maneira estaremos mais fortes. Que me perdoem aqueles que são alvi-rubros, mas união é força.

Ao terminar as minhas palavras, quero agradecer mais uma vez ao Governador Moacir Andrade, ao Governador Valadares, aos Governadores eleitos Geraldo Bulhões e João Alves, à bancada de Alagoas e Sergipe na Câmara e no Senado Federal, pela cooperação, pela colaboração e pelo apoio que emprestaram ao Governo e ao País, nesses últimos meses. Quero dar as boas-vindas aos parlamentares que pela primeira vez estão indo a Brasília, como representantes dos seus estados, e esperar com muita fé em Deus que, com essa união, com essa junção de forças, haveremos de construir um Brasil mais fraterno, mais solidário e socialmente mais justo.

Muito obrigado, senhor Governador.

Muito obrigado, senhores parlamentares.

Muito obrigado a todos aqueles que hoje vieram participar desta nossa solenidade.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a solenidade de assinatura de atos,
no Palácio dos Martírios, em Maceió, Alagoas,
no dia 26 de janeiro de 1991.*

Visita às Obras da Vila Brejal

Minha gente amiga da Vila Brejal,

Vocês bem sabem da minha alegria, da minha satisfação de poder voltar hoje às Alagoas. Depois da visita que fiz ao nosso arcebispo, venho diretamente à Vila Brejal para me encontrar com os meus amigos, com a minha gente, que são vocês, para acompanhar as obras que estão sendo realizadas com recursos do Governo Federal, com a participação decisiva do governo do estado e da prefeitura de Maceió.

A Vila Brejal, como todos nós sabemos, sempre teve muitas dificuldades, sempre encontrou muitos problemas para que os seus moradores pudessem ter uma vida condigna. Há exatamente nove meses, um mês depois de ter assumido a Presidência da República, aqui estive para dar início a uma campanha de vacinação. O governador me lembra que, no dia 9 de abril, aqui neste posto de saúde, tomamos a decisão de iniciar imediatamente as obras que fariam com que, na sua conclusão, todos vocês pudessem ter orgulho de morar na Vila Brejal.

Venho hoje para acompanhar as obras, para ver com os meus olhos o que já vem sendo feito e realizado, e quero dizer que essa não será a última vez. Periodicamente, quando eu voltar a Maceió, eu virei aqui à Vila Brejal, porque só me darei

por contente quando essas obras estiverem finalizadas, quando as casas tiverem sido construídas, quando esse canal tiver todo regularizado, sem poder ameaçar mais a saúde das nossas crianças e da população da minha querida Vila Brejal.

Já disse ao Governador que vamos fazer um outro posto de saúde lá para dentro, vamos fazer também uma escola, e vejo aqui uma solicitação para a construção da igreja de São Francisco. Eu só peço a vocês uma coisa. Uma irmã me falou, agora há pouco, sobre a festa de São Francisco, de quem todos somos devotos. Mas aqui em Alagoas eu tenho um comandante, que é o meu arcebispo, o comandante da minha fé, da fé em Deus, da fé em Nosso Senhor Jesus Cristo e da fé em São Francisco de Assis. Portanto, se Dom Edvaldo trouxer ao Presidente da República a solicitação para que aqui seja construída a igreja de São Francisco de Assis, eu não terei dúvida em autorizar imediatamente essa construção.

Mas minha gente, nós estamos aqui também ao lado do Governador eleito por todos vocês, e quero fazer apenas um registro de que, na história política de Alagoas, nunca um candidato eleito a Governador do estado conseguiu colocar uma diferença de votos tão grande quanto aquela que o nosso amigo Geraldo Bulhões colocou nas últimas eleições; foram 205 mil votos de lambuja. E isso tudo só me dá a certeza ainda maior de que, continuando a trabalhar juntos, lado a lado, de braços dados, só quem tem a ganhar é o Estado de Alagoas e o nosso povo.

O que eu desejo mais uma vez, e aproveito para fazer aqui essa conclamação, é que Alagoas toda esteja unida em torno do seu Governador, seja de Moacir, que está terminando agora o seu mandato, seja do Governador eleito Geraldo Bulhões. É necessário que a classe política alagoana — já que o povo está unido em torno de Geraldo Bulhões — também esteja unida, em torno do novo Governador, para dar a ele o apoio e a sustentação necessária, para que junto com o Governo Federal possamos transformar esse apoio em obras, em benefícios, em melhoria da qualidade de vida da nossa população.

«Foram precisos cem anos para que
outro homem ligado a Alagoas
chegasse à Presidência
da República.»

O primeiro Presidente da República foi um alagoano, o marechal Deodoro da Fonseca. A República foi proclamada; a República se estabeleceu no nosso País, em 1889. Cem anos depois, em 1989, outro alagoano é eleito Presidente da República. Veja bem, foram precisos cem anos para que outro homem ligado a Alagoas chegasse à Presidência da República. Então, exatamente nesse instante em que Alagoas tem, um Presidente da República, que conhece vocês, que conhece os problemas de vocês, que quer e vai ajudar a vocês, não é justo que nesse instante, a classe política de Alagoas esteja desunida. Não podemos permitir que isso aconteça. Mais do que nunca é necessário que estejamos juntos para com fé em Deus, com muito trabalho e dedicação, podermos retribuir a essa enorme população, não somente do Estado de Alagoas, mas do Nordeste e de todo o nosso País, tudo aquilo que vocês têm feito para o engrandecimento do nosso querido Brasil.

Por isso fica aqui a minha conclamação, mais uma vez, para que todos estejam unidos, para que todos comunguem da mesma fé e trabalhem na mesma direção. Não podemos deixar que «cara preta» venha atrapalhar o nosso trabalho, o nosso serviço.

Nós temos que fazer o possível para levarmos adiante todos os nossos projetos, porque o beneficiado final será sempre a população mais necessitada do estado e do nosso País.

Fica aqui, portanto, o meu compromisso de, voltando sempre a Alagoas, poder verificar de perto e com os meus próprios olhos tudo aquilo que vem sendo feito, não somente na Vila Brejal, mas nas outras obras que o Prefeito João Sampaio já está concluindo por toda a Maceió.

Parabéns João Sampaio, parabéns Andrade, parabéns Geraldo Bulhões, parabéns a todos vocês e que Deus nos ajude, com as bênçãos de São Francisco, a continuar lutando pela Vila Brejal, por Alagoas e pelo Brasil. Obrigado, minha gente.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita às obras
da Vila Brejal, em Alagoas,
no dia 26 de janeiro de 1991*

A Reconquista da América

A América Latina ingressa na década de 90 sob o signo de um processo histórico inédito na região: a substituição de regimes autoritários por governos eleitos democraticamente, movidos por ideais de renovação econômica e fortalecimento da economia de mercado, de construção de uma sociedade justa, e de compromisso com a preservação da paz universal.

Estamos vivendo os desafios da revolução silenciosa do voto: os povos latino-americanos conquistam, finalmente, o poder de decidir seu futuro por meio de suas próprias ações. A consolidação da democracia é para nós a própria reconquista da América.

O Brasil elegeu-me Presidente em pleito democrático, após quase três décadas de autoritarismo. O povo brasileiro decidiu, nas urnas, dar um basta aos vícios históricos que assolavam o País, ao optar por um projeto de reconstrução nacional, cujas bases são o fortalecimento das instituições democráticas, a modernização e o saneamento do Estado e da economia, a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

O Brasil, como a Espanha, tem sede de desenvolvimento; mas de um desenvolvimento que esteja voltado para a mais justa solução dos problemas sociais. Justiça social e desenvolvimento estão amalgamados. Nesse sentido, a história recente da Espanha é inspiradora. O entendimento nacional que foi levado

a cabo pelo governo e a sociedade espanhóis é modelar na definição de um projeto nacional consagrado à liberdade e ao desenvolvimento, única rota segura de ingresso na modernidade. No Brasil, cultivamos o entendimento, que há de ter os efeitos transformadores registrados na vida espanhola.

Tenho consciência da importância histórica e econômica de meu País. Suas dimensões geográfica e demográfica, a magnitude de sua economia, os seus amplos recursos naturais, a importância de seus sistemas ecológicos para o planeta, sua condição latino-americana (o território brasileiro faz fronteira com 10 países do subcontinente), entre outros fatores, são testemunho eloqüente da relevância mundial do País.

A realização plena do potencial brasileiro, contudo, tem sido frustrada pela má administração dos recursos, pela vigência de um regime paternalista e clientelista arcaico e de uma economia que em lugar de premiar a produção e a iniciativa, consagra a ineficiência e o privilégio. O resultado da história de des-governo é dramático: 60 milhões de brasileiros vivem em estado de necessidade; os conglomerados urbanos tornam-se verdadeiros acampamentos a céu aberto; a inflação destrói o poder aquisitivo do trabalhador, devora os recursos orçamentários governamentais e enfraquece a credibilidade das instituições.

A superação desse quadro inaceitável de miséria e de injustiça é o compromisso maior de meu governo. Buscamos promover um choque de idéias no País para mudar hábitos arraigados e recuperar a fé do brasileiro no seu futuro de grandeza. Adaptar-se às exigências da modernidade, promover o desenvolvimento harmônico, que respeite o meio ambiente, erradicar a inflação e sanear a economia tornaram-se elementos essenciais para que o Brasil consiga realizar o seu grande destino.

O Brasil tem perfeita consciência de sua parcela de responsabilidade histórica nos seus problemas de subdesenvolvimento. Contudo, não se podem menosprezar os obstáculos crescentes enfrentados pelos países em desenvolvimento para ter acesso aos frutos do progresso e do bem-estar social. Como superar, por exemplo, a questão do endividamento externo, que continua a ser tratada por alguns banqueiros como um problema meramente bancário, quando o que está em jogo é a fome de dezenas de

milhões de seres humanos, a preservação do meio ambiente, a própria segurança mundial? Como reverter o perverso quadro em que países carentes de investimento foram forçados a transformar-se em exportadores líquidos de divisas vitais para viabilização de seus programas de desenvolvimento? Como lutar contra a irracionalidade do protecionismo das nações desenvolvidas? Como contornar, ainda, as dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, essenciais, hoje para a promoção do desenvolvimento harmônico?

Mencionei apenas alguns dos problemas e desafios que meu governo terá de superar para recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade. Já podemos visualizar o alcance das mudanças que estamos perseguindo: a inflação, embora tenhamos sofrido o impacto da crise no Golfo Pérsico, está sob controle; temos gerado superávits fiscais inéditos, que financiarão projetos de desenvolvimento; demos início a um processo sério de renegociação da dívida externa, que procurará levar em conta nossa real capacidade de pagamento desses compromissos sem sacrifícios adicionais de 150 milhões de brasileiros; o País está mais aberto ao comércio internacional e busca reestruturar sua política industrial; acelera-se a integração sub-regional, na busca de complementaridades dinâmicas entre as economias do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai; Brasil e Argentina, em franca demonstração de seus designios pacíficos, assinam acordo na área nuclear, que põe fim a especulações infundadas sobre seus programas de pesquisa científica.

O Brasil, como toda a América, tem em sua gênese histórica a esperança e a fé num futuro de prosperidade. Esse sempre foi o sonho e a motivação dos milhões de imigrantes — inclusive espanhóis — que aqui vieram construir suas vidas. Essa motivação não se esgotou: a esperança se renova a cada dia. O Brasil já provou muitas vezes sua capacidade de gerar riqueza, de encontrar soluções tecnológicas próprias e de atuar com credibilidade no campo internacional, de molde a preservar o direito e a promover a paz. Essa disposição colocou-nos entre as 10 maiores economias do planeta.

Comprometido com o fortalecimento da condição civil e da vida pública, meu governo lutará pela eficiência e pela racional-

lidade no trato da coisa pública; lutar para eliminar as graves distorções sociais existentes, e o flagelo da inflação; lutar, ainda, para combater os excessos do intervencionismo estatal. Essa é a nossa estratégia de afirmação da credibilidade internacional do Brasil. Esse é o receituário para a atração de investimentos externos e a plena integração do País no sistema financeiro internacional. Esse é o caminho que nos conduzirá a uma nova era de prosperidade e esperança, de justiça social e democracia.

*Artigo escrito por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
para o jornal El País, da Espanha,
publicado no mês de janeiro de 1991.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**
- 6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida**
- 7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro**
- 8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional**
- 9. O Governo Kubitschek e a Industrialização Brasileira**
- 10. Brasil e Portugal: Parceiros na História e Sócios no Projeto do Futuro**
- 11. O Governo e a Competitividade da Indústria Nacional**
- 12. Os Poderes Constituídos e a Convivência Democrática**
- 13. A Reconquista da América**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“Os povos latino-americanos conquistam, finalmente, o poder de decidir seu futuro por meio de suas próprias ações. A consolidação da democracia é para nós a própria reconquista da América.”

Presidente Fernando Collor

